



Senado conclui 1º turno de votação da PEC da Previdência

Plenário rejeitou seis destaques que tentavam mudar texto principal. A proposta passará por três sessões de discussão antes de ser votada em segundo turno, que será na semana que vem ou na seguinte

O Plenário do Senado concluiu ontem o primeiro turno de votação da PEC da Previdência. Seis destaques que tentavam modificar o texto-base aprovado na terça-feira foram rejeitados ou retirados.

A única mudança feita no texto da reforma ocorreu na noite anterior com a aprovação de um destaque que preserva as regras atuais para o pagamento de abono salarial a quem ganha até dois salários mínimos.

A PEC da Previdência terá que passar por três sessões

de discussão antes de ser votada em segundo turno para ser promulgada. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que tentará fechar um acordo com líderes para votar o texto na semana que vem. Se não for possível, a votação ocorrerá na semana seguinte.

Para Davi, a votação da PEC representa um marco da transformação do Brasil do ponto de vista do equilíbrio fiscal. Segundo ele, ao dar folga orçamentária ao país, a aprovação da reforma vai propiciar o aumento de investimentos públicos e atrair recursos externos. **4**



Davi Alcolumbre conversa com Luis Carlos Heinze (D), Jayme Campos e o relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati

Pedro Franco/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Marcos Rogério, ao lado de Eduardo Braga, apresentou texto substitutivo que acabou sendo aprovado em Plenário

Aprovados limites de gastos para eleição de 2020

O projeto de lei que estabelece teto de gastos de campanha para as eleições municipais de 2020 foi aprovado pelo Senado e deve ser sancionado até amanhã para que as regras possam ter efeito.

O texto determina a repetição das regras usadas nas eleições de 2016, com atualização

dos valores de acordo com a inflação. Em 2016, o Tribunal Superior Eleitoral fixou pela primeira vez um limite de gastos para as campanhas dos candidatos a vereador e prefeito. Para 2020, caberá ao tribunal divulgar a tabela de tetos por município e cargo antes do pleito. **3**

Medida provisória amplia crédito para produtor rural

O governo editou uma medida provisória que prevê a ampliação de crédito e financiamento para o campo. A MP envolve uma série de ações, como a criação de um fundo para renegociação de dívidas e construção de armazéns, com aporte inicial de R\$ 5 bilhões. A medida será analisada previamente por uma comissão mista do Congresso e votada nos Plenários da Câmara e do Senado. **2**

Construções deverão buscar uso racional de energia

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional obriga as construções a usarem técnicas que busquem a eficiência energética, com a redução no consumo de eletricidade. O projeto original, de Rose de Freitas, propõe alterações no Estatuto da Cidade. O texto recebeu um substitutivo de Jaques Wagner e está pronto para ser encaminhado à Câmara. **7**

Autorizados empréstimos a três municípios 3

Especialistas defendem teste do pezinho 6

Congresso Nacional mantém quatro vetos presidenciais

Entre eles, está o veto à elaboração de lista tríplice para escolha de dirigentes das agências pelo presidente da República. Senadores e deputados também decidiram manter o veto ao trecho que proibia nome-

ação de dirigente que tivesse tido vínculo com empresa da área nos 12 meses anteriores. Os parlamentares aceitaram ainda o veto total ao projeto de lei que regulamentava a profissão de cuidador. **4 e 5**



Parlamentares aceitaram veto ao Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa Idosa

Waldemir Barreto/Agência Senado

Mudança da Unidade de Inteligência Financeira para o BC sofre críticas 8

Marcos Oliveira/Agência Senado



Fundo de Aval Fraternal permitirá ao produtor obter garantia solidária para renegociar dívidas de crédito rural

Medida cria fundo para obtenção de crédito rural

MP traz iniciativas como ampliação do volume de créditos disponíveis para o agronegócio e concessão facilitada de financiamentos para construção de armazéns e para renegociação de dívidas de produtores

JÁ ESTÁ EM vigor a medida provisória que estabelece uma série de ações ligadas a crédito e financiamento de dívidas de produtores rurais. As iniciativas envolvem a ampliação do volume de créditos disponíveis para o agronegócio e a concessão facilitada de financiamentos (por meio de um fundo solidário) para renegociação de dívidas e construção de armazéns. Apenas com o fundo, a expectativa do governo é que haja um aporte inicial de R\$ 5 bilhões.

A MP 897/2019 foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. A medida será analisada inicialmente por uma comissão mista no Congresso. Depois, será votada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

De acordo com o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a intenção do governo é expandir o financiamento por meio do mercado de capitais. Com a MP, o governo quer que outros agentes financeiros, além dos bancos, também possam financiar a produção.

— Isso é um banho de financiamento — disse Rodrigues.

Entre as medidas, a MP cria o Fundo de Aval Fraternal (FAF), que permitirá aos produtores obter garantia solidária para

renegociar eventuais dívidas de operações de crédito rural. Segundo o governo, a iniciativa visa reduzir a inadimplência por meio de uma espécie de crédito, no qual a responsabilidade pelo pagamento é dividida entre os integrantes do FAF. Esse fundo pode ser criado com a participação de dois a dez produtores. Cada produtor pode entrar com até 4% do financiamento total solicitado. Também podem participar credores e até instituições financeiras.

A ideia é que o fundo sirva de garantia subsidiária para o pagamento da dívida, ou seja, depois que as garantias reais ou pessoais do devedor forem acionadas. Segundo o governo, a medida ajudaria a reduzir as taxas de juros dos empréstimos, uma vez que haveria certeza de pagamento, no caso de inadimplência.

— Se participamos do mesmo FAF e você deixa de pagar, o fundo comum fica comprometido. A ideia é que é mais difícil você ficar inadimplente com o seu vizinho do que com o banco. Temos a convicção de que os bancos vão olhar esses produtores com outros olhos — disse o subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia,

Rogério Boueri.

Outra proposta que visa reduzir o custo dos empréstimos é voltada para grandes proprietários de terra. A MP prevê que o produtor possa oferecer como garantia uma ou várias partes do imóvel. A intenção é reduzir a burocracia para realizar a operação.

— Se o produtor tem uma propriedade de R\$ 10 milhões e quer dar a propriedade como garantia em um financiamento de R\$ 500 mil, ele trava a propriedade. O que estamos propondo é que o produtor possa repartir essa propriedade — disse Boueri.

Armazenagem

A MP também permite a utilização de diversos títulos agrícolas para expandir o financiamento do agronegócio. A ideia é buscar o dinheiro no mercado de capitais, usando outros títulos, como a Cédula de Produto Rural (CPR).

Outro ponto é a subvenção (uma forma de ajuda) econômica para que empresas que produzem cereais possam financiar obras, adquirir máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e expandir a capacidade de armazenagem de grãos.

Com Agência Brasil

Dedução no IR de despesa com cuidador vai a votação

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) tem reunião hoje, às 9h, com 20 itens na pauta de votações. Entre eles, o projeto que permite a dedução no imposto de renda de despesas previdenciárias com a contratação de cuidadores (PLS 170/2013).

Do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o projeto altera a Lei 9.250, de 1995, e recebeu voto favorável do relator, senador Lucas Barreto (PSD-AP).

Também está na pauta da CDH o projeto do senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) que determina a criação de um programa destinado à preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras. O PL 3.690/2019 já tem voto favorável do relator, senador Telmário Mota (Pros-RR).

Pode ser votada também a proposta que torna infração gravíssima de trânsito estacionar o veículo junto à guia de

calçada (meio-fio) rebaixada para acesso de pedestres, bicicletas, cadeirantes e pessoas com qualquer deficiência, mobilidade comprometida ou reduzida. Da senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), o PL 4.009/2019 altera o Código de Trânsito Brasileiro para prever multa e remoção do veículo de quem cometer a infração. O projeto tem voto favorável do relator, senador Flávio Arns (Rede-PR).

Debate: aumento do feminicídio por arma de fogo preocupa

O aumento dos casos de feminicídio preocupa a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O assunto foi debatido ontem em audiência pública.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo, com uma média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A pesquisadora e professora da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira destacou aspectos históricos e sociais que contribuem para o atual cenário de violência.

— Uma das bases da violência contra as mulheres diz respeito aos aspectos socio-culturais de uma sociedade tradicionalmente patriarcal e de origem escravocrata, que transcende os aspectos jurídicos normativos.

A gerente de projetos contra a violência da ONU Mulheres, Aline Yamamoto, ressaltou a posse de armas como um

agente de agravamento dos feminicídios.

— O último estudo lançado pelo *Atlas da Violência* traz o aumento de mulheres assassinadas por arma de fogo dentro das residências, que cresceu nos últimos cinco anos quase 30%.

O representante do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado, Henrique Ribeiro, afirmou que é preciso vencer três grandes desafios no combate à violência contra a mulher: qualificar os dados sobre feminicídios, combater aspectos culturais e educacionais e fazer políticas intersetoriais para atender mulheres em situação de violência.

Para a senadora Leila Barros (PSB-DF), é necessário haver união dos três Poderes para a efetiva aplicação das leis de proteção à mulher.

— Temos que ter um grande pacto para que realmente essas leis funcionem. Hoje é esse o nosso maior gargalo.



Leila Barros (2ª à dir.) comanda audiência sobre violência contra mulher

Sugestão sobre médicos formados no exterior começa a tramitar

A sugestão legislativa que prevê autorização para que médicos brasileiros formados no exterior atuem no país por três anos, mesmo que não tenham feito o Revalida, foi transformada em projeto de lei pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) apresentou rela-

tório favorável e a Sugestão 7/2019, de Inah Jacome, cidadã de Minas Gerais, começou a tramitar na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), como PL 5.180/2019.

O texto modifica a Lei 12.871, de 2013, que criou o Programa Mais Médicos. Se aprovado, o projeto segue para o Plenário.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>

CDH Vagas em transporte coletivo
9h Entre 20 itens, o PLS 124/2017, sobre vagas para deficientes em transportes coletivos.

CMA Unidades de conservação
10h Debate sobre gestão em unidades de conservação federais.

CRE Defesa cibernética
10h Reunião secreta para debater o Programa de Defesa Cibernética.

CTFC Negócios de impacto social
10h Audiência para discutir perspectivas e desafios dos negócios de impacto social. Representantes do Ministério da Economia, do BNDES e do Sebrae estão entre os convidados.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/integraComissoes>

Senado aprova limites de gastos para eleição de 2020

Projeto, que chegou da Câmara na terça-feira, prevê a repetição das regras usadas nas eleições de 2016, com atualização dos valores pela inflação. Texto precisa ser sancionado até amanhã

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto de lei que estabelece teto de gastos de campanha para as eleições municipais de 2020. O PL 4.121/2019 determina a repetição das regras usadas nas eleições de 2016, com atualização dos valores de acordo com a inflação. O texto deve ser sancionado até amanhã para que as regras possam ter efeito.

Em 2016, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fixou pela primeira vez um limite de gastos para as campanhas dos candidatos a vereador e prefeito. O critério escolhido foi um cálculo baseado nas prestações individuais de contas da campanha eleitoral anterior, em 2012.

Cada município recebeu o seu próprio teto para cada cargo, com exceção dos municípios com menos de 10 mil eleitores, onde o TSE estabeleceu valores fixos: R\$ 108 mil para prefeitos e R\$ 10,8 mil para vereadores.

Para 2020, caberá ao tribunal divulgar a tabela de tetos por município e cargo antes

do pleito. Os valores de 2016 deverão ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nos municípios onde houver segundo turno, o teto será de 40% daquilo que tiver sido permitido no primeiro turno.

O texto também introduz um teto para o investimento de candidatos nas suas próprias campanhas. O autofinanciamento ficará limitado a 10% do teto estabelecido para o cargo ao qual o candidato concorre.

Câmara

O projeto de lei chegou ao Senado ontem após ter sido aprovado na noite de terça-feira pela Câmara. Os senadores chegaram a discutir na terça uma proposta própria de teto de gastos eleitorais, que também determinava a repetição das regras de 2016 (PL 3.813/2019), mas não chegaram a uma decisão. Com a aprovação da proposta o texto do Senado foi descartado.

Na ocasião, o relator do projeto do Senado, senador Marcos Rogério (DEM-RO),

apresentou um substitutivo que alterava profundamente o texto. A versão original, de Chico Rodrigues (DEM-RR), trazia sete tetos diferentes para prefeito e outros sete para vereador, de acordo com faixas de eleitorado.

Marcos Rogério elogiou a proposta, mas, como o Congresso tem prazo curto para aprovar o projeto a tempo de aplicá-lo às próximas eleições, não seria possível debater o texto de Chico Rodrigues. Por isso, o relator preferiu manter as regras já conhecidas.

Os senadores aprovaram o projeto apesar das críticas dirigidas à ideia de não produzir uma fórmula nova para estabelecer tetos. Marcelo Castro (MDB-PI) comentou que as regras do TSE de 2016 criaram situações “completamente díspares” em municípios de características semelhantes. Cid Gomes (PDT-CE) e Angelo Coronel (PSD-BA) destacaram que candidatos de todo o país seriam “empurrados para o caixa dois” em virtude de tetos baixos em seus municípios.



Operações que favoreceram paulistas foram relatadas por Otto

Autorizados empréstimos para São Paulo e duas outras cidades

O Senado aprovou ontem uma série de autorizações para a contratação de empréstimos pelo estado de São Paulo (MSFs 74, 75, 77 e 78/2019) e pelos municípios de Jacareí (SP) e Aparecida de Goiânia (GO). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisou os pedidos mais cedo e os encaminhou com urgência para o Plenário.

— Foi mais um gesto do Senado para com os estados brasileiros em relação a dar capacidade de investimento — afirmou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a respeito da rapidez da aprovação pela CAE.

São Paulo

São Paulo poderá contratar empréstimo externo, com garantia da União, de US\$ 296 milhões junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), para a implantação de monotrilho que ligará o aeroporto de Congonhas ao sistema metroferroviário da região metropolitana. Outras três permissões tratam de US\$ 87 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a modernização da gestão fiscal do estado; de US\$ 250 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), e de US\$ 300 milhões do BID, ambas para a despoluição do Rio Tietê.

— A despoluição desse rio é importante para melhorar

o saneamento e garantir a saúde dos paulistanos — disse Otto Alencar (PSD-BA), que relatou as autorizações.

Major Olimpio (PSL-SP) agradeceu a celeridade dada por Davi, pelo presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), e por Otto Alencar (PSD-BA), mas criticou o governador de São Paulo, João Dória, que não o informou os empréstimos.

— De forma irresponsável, o governo e o governador de São Paulo estão partidarizando os empréstimos e fizeram questão de não me acionar. Sou membro da CAE e jamais faria oposição ao povo de São Paulo.

Aparecida

Já Aparecida de Goiânia (GO) poderá contrair do CAF de US\$ 35 milhões para a reestruturação viária da bacia do Ribeirão Santo Antônio (MSF 70/2019).

O texto foi relatado por Carlos Viana (PSD-MG), favorável à matéria e recebeu o apoio de Jorge Kajuru (Cidadania-GO):

— Trata-se de obra que vai melhorar a qualidade de vida dos quase 600 mil moradores de Aparecida — ressaltou Kajuru.

Jacareí

Jacareí (SP) poderá contratar até US\$ 60 milhões com o CAF para o Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do município (MSF 76/2019).



Marcos Rogério, Mecias de Jesus, Davi Alcolumbre, Bandeira (Mesa) e Paulo Rocha na sessão que aprovou proposta

Aprovados superintendente e conselheiro para o Cade

O Plenário do Senado aprovou ontem, em sessão extraordinária, a recondução de Alexandre Cordeiro Macedo para o cargo de superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Foram 56 votos favoráveis e 5 contrários à indicação (MSF 55/2019) e 3 abstenções. Com a decisão dos senadores, Macedo será nomeado. Também foi aprovado, por 51 a 12 votos, o nome de Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann para o cargo de conselheiro do Cade (MSF 57/2019).

Macedo é auditor de carreira da Controladoria-Geral da União (CGU) e já foi conselheiro do Cade. Na terça-feira, ele passou por sabatina na

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e abordou, entre outros temas, a concentração do mercado em alguns setores, como o aéreo e o bancário. A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) foi a relatora da indicação.

Em relação à aviação civil, Macedo destacou na sabatina que, ao analisar o plano de recuperação judicial aprovado pela maioria dos credores da Avianca, o Cade recomendou mudanças nas regras de distribuição dos slots nos aeroportos para empresas áreas menores, sobretudo em Congonhas (SP). Macedo também considera que a entrada de empresas *low cost* (baixo custo) no mercado brasileiro pode contribuir para reduzir o preço das passagens de avião.

O indicado reforçou a preocupação do Cade com o setor bancário. Segundo Alexandre Macedo, o órgão está atento a eventuais abusos dos grandes bancos contra novos modelos de negócio no setor, como *startups* e *fintechs* — que, na avaliação dele, podem ajudar na desconcentração do setor.

Hoffmann, também sabatinado no dia 24 na CAE, disse ter visão clara de que as relações privadas devem ser observadas à luz dos princípios constitucionais, sempre em defesa do consumidor. Especialista em direito tributário, ele disse que explorou o tema no âmbito acadêmico e afirmou ter competência para atuar em consonância com os valores do Cade.

Organização religiosa Sukyo Mahikari terá data nacional

O dia 27 de fevereiro será o Dia Nacional da Sukyo Mahikari. O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 5.027/2019, da deputada federal Leandre (PV-PR). A proposta segue para sanção.

A Sukyo Mahikari é uma organização religiosa que tem como base o respeito a princípios universais, a busca pela purificação espiritual, pela harmonia com a natureza e com o próximo e por atitudes que possibilitem a aproximação com Deus.

A data escolhida é o dia de nascimento do fundador da Mahikari, o militar japonês Yoshikazu Okada (1901-1974), conhecido como mestre Kotama Okada.

A organização possui sede em mais de 75 países, com cerca de 1 milhão de membros ativos. No Brasil, está presente em pelo menos 18 estados.

Na Comissão de Educação, (CE), o texto teve relatório favorável de Jorginho Mello (PL-SC).



Entre os vetos analisados em sessão presidida por Davi Alcolumbre, está o que regulamenta a profissão de cuidador

Congresso mantém vetos a Lei das Agências

Senadores e deputados mantiveram ontem quatro vetos presidenciais. Com apenas um veto restando na pauta, os parlamentares marcaram nova sessão do Congresso para terça-feira, às 14h, para apreciar projetos de lei do Congresso e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 (PLN 5/2019).

O primeiro veto mantido foi a dispositivos da Lei 13.848, de 2019, o novo marco legal das agências reguladoras. Entre os trechos mantidos, está o que acabava com a elaboração de uma lista tríplice para que o presidente da República indicasse os dirigentes das agências.

O novo marco legal é oriundo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 52/2013, aprovado pela Casa em maio. O texto atualiza regras de gestão, organização, processo decisório e controle social das agências; dispõe sobre a indicação de dirigentes; e uniformiza o número de diretores, seus prazos de mandato e normas de recondução. Também cria requisitos técnicos para todos os indicados aos conselhos diretores.

São exemplos de agências reguladoras a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Lista tríplice

O projeto aprovado pelo Congresso determinava que a escolha de conselheiros, diretores, presidentes, diretores-presidentes e diretores-gerais de agências reguladoras, feita pelo presidente da República e submetida à aprovação do Senado Federal, seria precedida de processo público de pré-seleção de lista tríplice.

O presidente Jair Bolsonaro vetou essa exigência com o argumento de que a medida restringia “a competência constitu-

cionalmente conferida ao chefe do Poder Executivo para fazer as indicações dos dirigentes”.

Outro veto mantido foi o que acabou com a previsão do comparecimento anual obrigatório de diretores de agências ao Senado para prestação de contas. Também foi confirmado o entendimento do presidente de que a possibilidade de uma recondução dos atuais diretores — previsto no projeto do Congresso — criaria desigualdade em relação aos dirigentes que serão nomeados após a sanção da lei, que não contariam com essa possibilidade.

Os parlamentares confirmaram ainda o entendimento do presidente que vetou a proibição de que os indicados para direção das agências tenham mantido, nos 12 meses anteriores à data de início do mandato, vínculo com empresa que explore qualquer das atividades reguladas pela respectiva agência. A justificativa foi de que a proibição contraria o interesse público.

Cuidadores

Também foi mantido o veto total ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/2016 que regulamenta a profissão de cuidador de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doenças raras. O projeto, do então deputado Felipe Bornier, estabelecia que esses profissionais devem ter ensino fundamental completo e curso de qualificação na área, além de idade mínima de 18 anos, bons antecedentes criminais e atestados de aptidão física e mental.

Apesar dos apelos dos parlamentares que acreditam ser importante regulamentar a profissão, o placar final foi de 229 votos favoráveis e 171 contrários.

Idosos

Outro veto mantido foi o veto total ao projeto que criava o Cadastro Nacional de Inclusão de Pessoa Idosa (PLC 170/2017).

O presidente Jair Bolsonaro justificou o veto afirmando que a matéria contrariava o interesse público — além de ser inconstitucional — pois obrigava o governo a criar o cadastro com a adoção de sistemas eletrônicos. “Há aumento de despesas sem o demonstrativo das estimativas dos impactos orçamentários e financeiros”, diz ainda o texto.

O projeto, da deputada Leandra (PV-PR), acrescentava dispositivos ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003) para permitir a coleta, processamento e sistematização de informações, inclusive georreferenciadas, que permitiriam a identificação da população idosa do país. O objetivo era usar as estatísticas para elaborar diagnósticos sobre quais dificuldades eles enfrentam para exercer plenamente seus direitos

Medida cautelar

Parlamentares também confirmaram o veto integral do presidente da República ao Projeto de Lei 2.121/2019, que estabelecia prazo para julgamento do mérito após concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e de medida liminar em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e de mandado de segurança.

Pela proposta, as medidas cautelares em ADI ou ADPF passariam a ter duração máxima de 180 dias, prorrogáveis por igual período, para julgamento do mérito. No caso de mandado de segurança, os efeitos da liminar concedida teriam os mesmos prazos, salvo se revogada ou cassada, devendo o mérito da ação ser julgado imediatamente ao fim desse período, sob pena de perda de eficácia.

A justificativa do veto foi de que a proposta contraria o interesse público e fere o princípio da segurança jurídica presente no caput do art. 5º da Constituição da República de 1988.

Concluída votação da PEC da Previdência em 1º turno

Plenário rejeitou ontem seis destaques restantes da análise do texto principal. A proposta ainda passará por três sessões de discussão antes de ser votada em segundo turno, o que pode ocorrer na semana que vem



O SENADO CONCLUIU ontem a votação em primeiro turno da PEC da reforma da Previdência. Faltavam seis destaques e foram todos rejeitados ou retirados.

Restou, então, apenas uma mudança em relação ao texto relatado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): na noite anterior havia sido aprovado o destaque que preserva as regras atuais para o pagamento de abono salarial a quem ganha até dois salários mínimos. A PEC 6/2019 ainda passará por três sessões de discussão antes de ser votada em segundo turno para ser promulgada.

O texto-base da reforma foi aprovado em Plenário na noite da terça-feira, quando as bancadas dos partidos apresentaram dez pedidos de avaliação destacada de emendas. O único pedido acatado, apresentado pela líder do Cidadania, Eliziane Gama (MA), permitiu que os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos (atualmente até R\$ 1.996,00) continuem a receber o abono social do PIS/Pasep, um salário mínimo anual.

A PEC limitava o benefício aos que recebem R\$ 1.364 mensais.

Agora a proposta poderá receber em Plenário emendas de redação. Depois das três sessões de discussão, as sugestões de mudança de redação seguirão para avaliação do relator, Tasso Jereissati, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para, só então, a proposta ser votada em segundo turno.

PEC Paralela

As emendas que foram derrotadas beneficiavam em especial as mulheres, com regras de transição atenuadas para cumprir a exigência de idade para a aposentadoria e com mudanças para garantir mais recursos para as viúvas (pois as mulheres são mais de 80% dos beneficiários das pensões por morte). A bancada feminina tentou negociar soluções com o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que prometeu aprofundar o tema da idade mínima para as mulheres na PEC paralela (PEC 133/2019).

— Sabemos que é preciso fazer concessões para ter um resultado real — disse Eliziane. Outro tema a ser tratado em

proposta autônoma, num acordo feito entre os senadores e o governo, é o pedágio cobrado dos trabalhadores prestes a se aposentar. O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) desistiu do destaque para evitar o retorno da proposta à Câmara.

— O pedágio é de 17% para os militares, 30% para os parlamentares e 100% para os demais. Queremos discutir uma regra de transição que suavize o drama para quem já trabalhou muito e vai trabalhar ainda mais para chegar à quase inatingível corrida de obstáculos da aposentadoria — disse Alvaro.

Bezerra também se comprometeu a redigir uma proposta que trate da aposentadoria especial dos trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde. Haverá um vazio legislativo, já que eles têm prazo máximo para trabalhar com determinado agente nocivo, mas também precisarão cumprir idade mínima, a depender do tipo de exposição que sofram.

Fabiano Contarato (Rede-ES) e Humberto Costa (PT-PE) disseram não acreditar que a promessa de Bezerra será aceita pelo governo.



O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (C), conversa com os senadores Alvaro Dias (D), Paulo Paim e Flávio Arns durante a votação em Plenário

Para Davi Alcolumbre, mudanças são essenciais para equilibrar as contas do país

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que a aprovação da reforma da Previdência é um passo essencial para equilibrar as contas do país.

— Aprovamos em primeiro turno uma proposta que, sem dúvida, é um marco da transformação do Brasil do ponto de vista do equilíbrio fiscal. Nenhum de nós senadores ou deputados estamos comemorando a votação dessa matéria. Não é uma matéria para se comemorar, é uma matéria

para ter a responsabilidade de se fazer o que o Brasil precisa para equilibrar as contas — disse Davi.

Além disso, afirmou, a aprovação da reforma, ao dar uma folga orçamentária ao país, vai ajudar no aumento dos investimentos públicos e atrair mais investimentos externos.

Davi disse que tentará acordo para que a votação em segundo turno ocorra na semana que vem. Se não houver acordo, o segundo turno ficará para a terceira semana de outubro.



Na opinião de Davi, investimentos deverão aumentar com a reforma

Terminada análise de vetos sobre proteção de dados

O Congresso terminou ontem a votação do veto parcial à Lei 13.853, que criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O novo órgão irá editar normas e fiscalizar a proteção de dados pessoais. Foram derrubados seis vetos dos 13 emitidos, todos a dispositivos incluídos pelos parlamentares. A nova lei tem origem na Medida Provisória 869/2018.

Entre as competências da ANPD estão zelar pela proteção dos dados pessoais, elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e aplicar sanções em caso de irregularidade no tratamento de dados.

Apenas um veto estava pendente, já que os demais haviam sido decididos na sessão anterior, no último dia 25. Foi mantido o veto à que exigência de que a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais — quando solicitada pelo titular dos dados — fosse feita por uma pessoa e não por uma máquina. Para o Executivo, essa exigência inviabilizaria os modelos atuais de planos de negócios de muitas empresas, especialmente das startups.

Entre os dispositivos cujos vetos haviam sido rejeitados está a ampliação do rol de sanções administrativas que poderiam ser aplicadas aos agentes de tratamento de dados. Os três

novos tipos de punição vetados pelo presidente que foram reestabelecidos são: suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e do tratamento dos dados pessoais por até seis meses; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Sanções

Bolsonaro afirmou que as novas sanções impossibilitariam o funcionamento de bancos de dados essenciais a diversas atividades públicas e privadas, como os usados por instituições financeiras. Atualmente a Lei Geral de Proteção de Dados prevê, como sanção administrativa, advertência e multa de até 2% do faturamento da organização.

Foi reestabelecida, ainda, a previsão de que as punições poderão ser aplicadas sem prejuízo a outras previstas em lei, e de que as novas sanções criadas só poderão ser aplicadas depois de já ter sido imposta outra pena para o mesmo caso concreto, como multa, bloqueio e eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

As sanções reestabelecidas no texto também poderão ser aplicadas em caso de controladores submetidos a outros órgãos.



Senadores e deputados reestabeleceram 6 dos 13 dispositivos vetados

Comissão de Orçamento quer aproximação com o Executivo

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Marcelo Castro (MDB-PI), se reuniu ontem com ministros, diretores de órgãos públicos e coordenadores de bancada das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O objetivo foi aproximar os Poderes Executivo e Legislativo para que as emendas apresentadas pelas bancadas estaduais ao Orçamento atendam interesses tanto de parlamentares quanto de ministérios.

— Estamos tentando fazer esse link devido a dois grandes estímulos: primeiro, o Orçamento mais apertado da história e segundo, a aprovação da PEC da impositividade orçamentária, que traz um poder maior para a bancada — explicou Marcelo Castro, em referência à Emenda Constitucional 100, de 2019, promulgada em junho. O texto torna obrigatória a execução das emendas de bancada.

Para o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, o modelo pode assegurar a destinação eficiente de recursos.

— Se não nos acertarmos, vamos ter que fazer a escolha

de Sofia — advertiu o ministro da Cidadania, Osmar Terra, lembrando que a parcela do Orçamento dedicada ao sistema de atenção social é insuficiente.

Os ministérios distribuíram cartilhas com indicações de emendas prioritárias, cuja execução é mais provável.

— Precisamos otimizar nossos recursos — alertou o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Denit), general Antônio Leite dos Santos Filho, que representou o Ministério da Infraestrutura.

— Os senhores têm meu compromisso de 100% de execução em 2020 — disse o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ronaldo Nogueira.

— Estamos construindo um pacto com os parlamentares. O pacto vai ser cumprido integralmente para o ano que vem — garantiu o secretário especial do Desenvolvimento Social, Lelo Coimbra.



Osmar Terra, Marcelo Castro, Marcelo Álvaro Antônio e Santos Filho na CMO

salutar. Me assusta a nossa pequena capacidade de investimento — disse.

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) elogiou a iniciativa, mas lembrou que a população precisa constatar o resultado efetivo das emendas.

— Vale muito mais você trocar uma lâmpada do que prometer uma rota de não sei quantos bilhões e ficar só na promessa.

Risco

O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) advertiu para o risco de que se repita o ocorrido em anos anteriores, quando os parlamentares não conseguiram destinar as emendas para suas bases eleitorais.

— Espero que a gente possa sair do discurso — disse.

Esse foi o segundo encontro

promovido por Marcelo Castro. O primeiro, na semana passada, reuniu coordenadores de bancada do Nordeste. O presidente da CMO anunciou mais dois eventos para as próximas semanas, com representantes dos ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Regional e da Agricultura.

Também participaram o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e os deputados Da Vitória (Cidadania-ES), Domingos Neto (PSD-CE), Domingos Sávio (PSDB-MG), Flávia Moraes (PDT-GO), Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), Rogério (PSL-RJ), Herculano Passos (MDB-SP), Hiran Gonçalves (PP-RR), Neri Geller (PP-MT), Ricardo Barros (PP-PR), Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC) e Vinícius Poit (Novo-SP).

Especialistas defendem ampliar teste do pezinho

Segundo participantes de debate, crise fez com que estados, sobretudo do Norte e Nordeste, reduzissem número de exames. Governo diz que ampliação da triagem neonatal não é tarefa simples

O PROGRAMA DE Triagem Neonatal, que faz procedimentos para diagnóstico precoce de doenças em recém-nascidos, precisa de um olhar mais cuidadoso do Ministério da Saúde, segundo especialistas que participaram ontem de debate da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A presidente da União dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal, Helena Pimentel, explicou que o programa do teste do pezinho completou 18 anos, com sucesso em várias partes do país. Entretanto, conforme a especialista, poucos estados do Norte e Nordeste continuam fazendo os exames. Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe são exemplos de lugares onde o sistema está funcionando, mas com dificuldades.

— Essa descontinuidade começou a acontecer em 2015, devido à crise econômica. Mas é importante que cada estado mantenha a sua equipe de atendimento a esses pacientes — afirmou.

Quando as doenças são detectadas e tratadas nos primeiros dias de vida, é possível evitar que as crianças desenvolvam sequelas neurológicas e deficiências intelectuais, físicas e sensoriais. No entanto, a versão do teste do pezinho atualmente dis-

ponível no Sistema Único de Saúde (SUS) detecta apenas seis doenças: fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doenças falciformes e outras hemoglobinopatias, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase. Já a versão ampliada da triagem, oferecida na rede privada, pode identificar cerca de 50 doenças.

Pesquisas

A médica geneticista Flávia Piazzon defendeu mais pesquisas na área, ressaltando a importância de atualização constante do programa. Para ela, a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, constituído por profissionais, representantes do Ministério da Saúde e da sociedade, pode ajudar na definição de metas e objetivos para a melhoria do serviço em nível nacional.

— Tempo é muito importante porque, nessa nova área de doenças, se não atuarmos em uma, duas semanas de vida, essa criança vai morrer ou ficar em uma UTI, necessitando de cuidados extremos por anos e onerando o sistema de saúde — alertou Flávia.

O coordenador-geral-substituto de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, Fabiano Romanholo Ferreira, destacou que a ampliação da triagem neonatal no país não é medida simples. Ele disse, no entanto, que o governo

tem atuado para a melhoria do sistema. Um exemplo, segundo Ferreira, é a criação de um canal centralizador de informações sobre esses pacientes, denominado Sisneo, cuja implantação aguarda publicação no *Diário Oficial da União* (DOU).

— Há uma miríade de informações, de itens que precisam ser realizados e estudados antes de a gente ampliar o teste do pezinho. Temos 3 milhões de nascidos vivos por ano, dos quais 2,4 milhões no serviço público. Acreditamos que o Sisneo nos dará condições de obter dados do setor privado também, o que vai melhorar a abrangência da triagem no país como um todo.

Notificação

Os senadores Flávio Arns (Rede-PR), que presidiu a audiência, e Zenaide Maia (Pros-RN) consideraram positivo o debate. Arns disse que as discussões sobre o assunto terão continuidade.

Favorável à notificação compulsória do diagnóstico de doenças raras, Zenaide ponderou que as estatísticas, aliadas à pesquisa científica, são imprescindíveis na elaboração das políticas e na ampliação de programas como o teste do pezinho.

— Sem ciência e tecnologia, nem democracia a gente tem — disse a senadora.

Comissão da MP de pensão por microcefalia já tem cronograma

A comissão mista da medida provisória que institui o pagamento pensão para crianças que nasceram com microcefalia decorrente do Zika vírus (MP) 894/2019 aprovou ontem o plano de trabalho. O relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), sugere a realização de audiências para recolher informações de representantes do governo e de outras entidades.

O deputado Jorge Solla (PT-BA) propôs que as discussões sejam divididas em três momentos. O primeiro para ouvir representantes dos pacientes, familiares e entidades de apoio. O segundo para receber representantes de universidades, pesquisadores e cientistas. O terceiro para

representantes do governo. Solla sugeriu a participação da professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Darci Neves dos Santos, coordenadora de pesquisa sobre o Zika vírus, e da pesquisadora Silvana Matos, do Núcleo de Família, Gênero, Sexualidade e Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). As solicitações foram acatadas.

— Depois de termos escutado os representantes de pacientes, familiares, cientistas profissionais e técnicos, a gente já discutiria com os representantes do governo, com base nas questões, nas polêmicas, nas dúvidas que surgirem nessas duas primeiras audiências — disse Solla.

Microcefalia

3.112

crianças nascidas de janeiro de 2015 a dezembro de 2018 recebem o BPC atualmente

4.792.347

pessoas foram beneficiárias do BPC entre janeiro e agosto de 2019

R\$ 36,9 bilhões

foi o valor total gasto pelo governo com o BPC entre janeiro e agosto de 2019

R\$ 52,5 bilhões

foi o valor total gasto pelo governo com o BPC em 2018

164 casos

foi a média anual de nascidos vivos com microcefalia no Brasil entre 2000 e 2014

2.464 casos

foi o total de nascidos vivos com microcefalia no Brasil em 2015, nove vezes acima da média



Fontes: Ministério da Cidadania; Portal da Transparência - Benefícios ao cidadão; Ministério do Desenvolvimento Social.

Escolas poderão ter intérprete de Libras para pais surdos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa projeto que obriga as escolas a manter intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras). O PL 5.188/2019, de Mara Gabrilli (PSDB-SP), define que as instituições devem manter pelo menos um intérprete para

garantir a comunicação com pais ou responsáveis surdos.

Segundo a senadora, embora haja leis que obriguem as escolas a atender estudantes surdos, “há um vácuo na legislação” em relação aos pais com deficiência que precisam se informar sobre os filhos.



Representante do Instituto Vidas Raras, Verônica Stasiak fala em audiência presidida por Flávio Arns (4º à esq.)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Construção deverá ter uso racional de energia

Aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que estimula redução de consumo e eficiência energética já pode ir para a Câmara

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que obriga as construções a estimularem o uso racional de energia (PLS 284/2018). Depois de sofrer mudanças na Comissão de Infraestrutura (CI), o texto está pronto para ser enviado para a Câmara dos Deputados.

Originalmente a proposta de autoria de Rose de Freitas (Podemos-ES) estabelecia que, na execução da política urbana, seria preciso adotar práticas de construção sustentável voltadas para a geração de energia elétrica. A senadora avalia que já existem soluções de preço acessível para isso.

Ao passar pela CI, contudo, o texto ganhou um substitutivo de Jaques Wagner (PT-BA).

O senador incorporou as alterações propostas por Rose ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001) e modificou a proposta por entender que eficiência energética e redução do consumo são providências mais importantes e mais amplas do que gerar energia.

Estímulo

“É mais adequado acrescentar, como diretriz da política urbana, o estímulo a construções que privilegiem a conservação e o uso racional de energia. Pode ser melhor para a nossa sociedade um imóvel concebido para consumir menos eletricidade do que um voltado para a geração de energia elétrica”, avalia Wagner.

Com isso, o substitutivo aprovado pela CI e pela CDR inclui como diretriz da política

urbana o estímulo ao uso de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a conservação e o uso racional de energia, assim como a divulgação dessas práticas. A regra vale para parcelamentos do solo e edificações urbanas.

O texto estabelece a concessão de incentivos fiscais para projetos de edificação urbana que implantem sistemas próprios de geração de energia elétrica. Wagner retirou essa previsão, alegando que isso já está previsto no Estatuto da Cidade.

A lei determina a adequa-

ção dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, que deve observar a política urbana.

Rose previu no projeto que as edificações de propriedade da União ou locadas pela União deveriam obrigatoriamente ter construção sustentável, mas o substitutivo excluiu a exigência porque, além de o Legislativo estar impondo obrigações a outro poder, não há no projeto estimativa do impacto dos custos envolvidos, inclusive para atender a legislação fiscal e orçamentária.

Wagner afirma que o projeto avança na direção daquilo que poderia se chamar de “cidades sustentáveis” com estímulo à redução do consumo de energia, por meio, por exemplo, do uso da iluminação natural, ou com o uso de sistemas próprios de geração.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Substitutivo de Wagner estimula uso de sistemas próprios de geração

Projeto sobre plano diretor municipal vai à Câmara

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem em decisão terminativa um projeto que altera as atribuições previstas no Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001) para os planos diretores municipais, instrumentos que orientam a ocupação do solo urbano. A proposta segue para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

O texto original (PLS 667/2015), do senador Reguffe (Podemos-DF), obrigava a definição de parâmetros espe-

cíficos para as áreas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação. Mas o substitutivo do relator, Zequinha Marinho (PSC-PA), aperfeiçoa a articulação entre o plano diretor e as políticas setoriais.

Para Zequinha, o plano diretor é um instrumento de ordenamento territorial urbano — e não se confunde com um plano abrangente de todas as políticas públicas.

O texto aprovado pela CDR obriga o plano diretor a indicar a localização de equipamen-

tos urbanos e comunitários necessários à execução das políticas setoriais. Esses equipamentos são de grande porte, como hospitais, universidades, estádios esportivos, avenidas, redes de metrô e parques. Já os equipamentos de menor porte, como postos de saúde, ruas e escolas devem estar em planos de menor escala, como o projeto de parcelamento do solo.

O texto inclui dispositivo que autoriza o Executivo a tipificar e instituir normas sobre o conteúdo material e documental dos planos urbanísticos.

Foz de Iguaçu pode ter zona de processamento de exportação

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem projeto de lei que cria uma zona de processamento de exportação (ZPE) em Foz do Iguaçu (PR). As ZPEs são destinadas a empresas dedicadas à produção de bens para exportação e preveem incentivos como tributação especial para aumentar a competitividade e agregar valor aos produtos.

— As ZPEs também contribuem para a geração de emprego e renda. Dessa forma, a melhoria dos indicadores sociais e econômicos das áreas estimuladas contribui para a redução de desequilíbrios de desenvolvimento entre regiões — destacou Flávio Arns (Rede-PR) ao apresentar voto favorável ao PL 2.329/2019, de Alvaro

Dias (Podemos-PR).

Para Alvaro Dias, a ZPE compensaria a criação do Parque Nacional do Iguaçu, que, segundo ele, inviabiliza o desenvolvimento econômico de uma área que poderia gerar mais emprego e renda para a população. Ele comparou Foz do Iguaçu à Amazônia, onde está a Zona Franca de Manaus, em que a renúncia de impostos é uma forma de compensar a população pela preservação da área.

— A consequência natural da preservação é a redução da atividade econômica. A ZPE é um instrumento valioso para retomar a geração de emprego, trabalho e renda.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Obra de ponte com Paraguai deve começar em 2021

A construção da ponte entre as cidades de Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, no Paraguai deve ser iniciada em 2021. A informação é do diretor de Planejamento do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (Dnit), Luiz Henrique Mello. Ele participou de audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A obra é crucial para a integração do Brasil ao Corredor Bioceânico, que liga o Atlântico ao Pacífico e deve diminuir custos e dinamizar as exportações para os mercados da Ásia e da América do Norte.

— O traçado do contorno em Porto Murtinho terá 12 quilômetros. O estudo de viabilidade já está pronto.

O projeto intermodal prevê também a ampliação da BR-267 em Mato Grosso do Sul. Nesse caso, o projeto executivo também já está pronto. O contorno final da ampliação será em Porto Murtinho,



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Entre Fernando Schmidt e João Parkinson, Nelsinho Trad dirige debate

atendendo o escoamento da produção do agronegócio. O Dnit também já tem estudos de viabilidade para ampliar as BRs 260 e 262 no mesmo estado, informou Mello.

O ponto final do Corredor Bioceânico serão os portos de Iquique e Antofagasta, no Chile. Eles permitirão à produção brasileira acessar os mercados da Ásia, da Oceania e a costa oeste das Américas, sem passar pelo Canal do

Panamá, explicou o diretor da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Rafael Benini.

O Corredor Bioceânico também deve reduzir custo e tempo de entrega na importação.

O coordenador do Corredor Rodoviário Brasil, João Parkinson, garantiu que as reduções de custo logístico proporcionadas pelo Corredor Bioceânico tornarão o Brasil mais competitivo no mercado internacional.

Comissão debate gestão de unidades de conservação

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) faz hoje, às 10h, uma audiência pública sobre estratégias e boas práticas de gestão e governança em unidades de conservação federais. O objetivo é obter subsídios para possíveis intervenções e proposições no âmbito legislativo. A promoção do evento atende requerimento do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que preside a comissão.

De acordo com Contarato, são quase 800 mil quilômetros quadrados continentais de unidades de conservação

federais sob gestão pública. Essas unidades contribuem significativamente para a produção e distribuição de água em todo país, para salvaguardar os territórios de povos e comunidades tradicionais, além de uma série de outros serviços ambientais com impactos diretos na economia, argumenta Contarato.

Entre os convidados, estão o analista ambiental Walter Behr, do ICMBio, e o auditor Adriano Martins Juras, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Advogados criticam mudança do antigo Coaf

Convidados da comissão mista sobre a medida provisória que transforma o Coaf na Unidade de Inteligência Financeira e a transfere para o Banco Central avaliam que órgão deveria ter sido “blindado”

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na comissão mista sobre a medida provisória que cria a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) em lugar do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), os advogados José Eduardo Cardozo e Antônio Moraes Pitombo criticaram a UIF e o seu deslocamento para o Banco Central — o Coaf era vinculado ao Ministério da Economia.

Segundo Cardozo, ex-ministro da Justiça, colocar a UIF no BC cria uma situação problemática que estimula a “tentação do abuso do poder” e a “propensão messiânica” no Ministério da Economia. Ele salientou que o Coaf já colaborava estreitamente com a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União, e deveria ter sido fortalecido e blindado de “injunções políticas”.

— Se as coisas vinham bem como estavam, por que não se aperfeiçoam as coisas em vez de buscar alternativas mirabolantes? — questionou.

Cardozo classificou como “sem noção administrativa” a transferência de um órgão de inteligência como a UIF para o BC, de natureza autárquica.



José Serra recebeu Antônio Pitombo e José Eduardo Cardozo na reunião

Por sua vez, Antônio Moraes Pitombo associou a criação da UIF às recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi). Ele ressaltou que, numa perspectiva contemporânea, essas recomendações devem ser entendidas em sua abrangência econômico-financeira.

— Não estamos tratando apenas de questões financeiras, o que já indica claramente que não devemos limitar ao Banco Central a preocupação com a lavagem de dinheiro — afirmou, lembrando que a UIF deslocará para o Banco Central questões difíceis de regular, como as criptomoedas. Ele ressaltou que o Coaf não existe em função do Judiciário, da Polícia Federal ou do

Ministério Público, e tem a responsabilidade de aplicar sanções aos que não cumprem as regras de prevenção à lavagem de dinheiro.

— Um ponto fundamental que se vê esquecido no Coaf: orientação a setores da economia que são sensíveis à lavagem de dinheiro. Mercados não regulados são mercados inseguros.

Votação

O advogado criticou o Ministério Público Federal, que, em seu ponto de vista, considerava que o Coaf estava à disposição para fornecimento de dados sigilosos sem ordem judicial.

O presidente da comissão mista, José Serra (PSDB-SP), declarou esperar que a MP possa ser votada na próxima semana.

Comissão faz debate secreto sobre defesa cibernética

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) faz na quinta-feira uma reunião secreta para discutir dois pontos do plano de trabalho de avaliação do Programa de Defesa Cibernética: o diagnóstico de ameaças ao setor, as dificuldades do Estado para executar uma política de defesa cibernética e a avaliação da efetividade de colaboradores nacionais e internacionais, identificando medidas necessárias para garantir a obtenção de resultados. O Programa de Defesa Cibernética foi a política

pública escolhida pela CRE para ser avaliada pela comissão neste ano.

Autor do requerimento, Esperidião Amin (PP-SC) justificou que o setor cibernético é estratégico para a defesa do país. Foram convidados o comandante de Defesa Cibernética, Guido Amin Naves; o diretor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Antonio Carlos de Oliveira Freitas; os representantes do Comando da Marinha do Brasil Rogério Ramos

Lage e Luciana Mascarenhas da Costa Marroni; o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica Jefson Borges; o diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação do Ministério das Relações Exteriores Mauricio Medeiros de Assis; e representantes dos Ministérios da Justiça e da Defesa. O caráter secreto da reunião deve-se aos temas de segurança nacional. Apenas senadores e convidados terão acesso à comissão, vedando equipamentos eletrônicos, como celulares e tablets.

Steve Bannon participará de seminário no Senado

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) promoverá em novembro o seminário Ambientalismo e Geopolítica. O ex-estrategista-chefe da Casa Branca dos Estados Unidos Steve Bannon participará do evento. Bannon também foi coordenador de marketing da campanha eleitoral de Donald Trump à presidência dos EUA e membro do Conselho de Segurança Nacional do país. A ida de Bannon à CRE atende pedido do presidente da Co-

missão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), como explicou o senador Marcio Bittar (MDB-AC), que requereu o seminário.

— É uma pessoa que pode acrescentar muito às discussões sobre a atual geopolítica e questões ambientais, inclusive no debate com senadores que têm um ponto de vista diferente do dele. Eu pessoalmente comungo em termos gerais com a visão política de Ban-

non e avalio que será uma boa contribuição — disse Bittar.

A data do seminário será definida pelo presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Também participarão o economista dos EUA Patrick Wood, o autor do livro *Psicose Ambientalista*, Bertrand de Orleans e Bragança, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, Fabiano Contarato (Rede-ES).

General anuncia produção de radar contra ataques aéreos

O Exército tem desenvolvido programas estratégicos de defesa com foco em alta tecnologia e autonomia. Alguns desses programas foram apresentados ontem em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Entre eles, o de Defesa Antiaérea, que prevê a produção de um radar que será único no mundo.

Segundo o chefe do Escritório de Projetos do Exército, general Ivan Ferreira Neiva Filho, o Programa de Defesa Antiaérea compreende uma série de sistemas de controle, alertas, radares e comunicações.

— Ele integra outros sistemas para conseguirmos proteger o país de uma possível incursão inimiga.

Para o general, o Brasil estava defasado e, por meio do programa, está tentando recuperar a capacidade de se defender contra ataques aéreos. Ele explicou que o país utiliza o radar M60, fundamental para o sistema de defesa de baixa altura. O equipamento foi desenvolvido e construído em Campinas (SP). Outro radar que será utilizado é o M 200, que alcança 200 quilômetros de distância e tem tecnologia altamente sofisticada.

— Pouquíssimos países têm capacidade de ter um radar com essa configura-

ção. Isso vai nos trazer um ganho de qualidade, não só de emprego tático, mas também de desenvolvimento tecnológico — disse.

De acordo com Neiva, o Programa de Defesa Antiaérea deve ser concluído em 2039 ao custo de R\$ 3 bilhões. O presidente da CCT, senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), disse que ficou impressionado com o que o país tem feito na área de defesa.

Questionado pelo senador Luiz do Carmo (MDB-GO) se o Exército tem dado conta de monitorar as fronteiras do país, o general explicou que a defesa dessa região tem sido feita por um programa chamado Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que monitora 650 quilômetros de fronteira, entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Mas esse sistema, segundo ele, precisa ser expandido para os 17 mil quilômetros de fronteira no total.

Luiz do Carmo perguntou se a venda da Embraer não prejudicaria o Exército. Neiva disse que a mudança de modelo de negócio não vai interferir na Embraer Defesa. Segundo o general, o Exército está encarando a mudança como um desafio de produzir cada vez mais na área de defesa, o que pode trazer melhora para os programas.



General Neiva detalha programa em audiência dirigida por Vanderlan

Negócios de impacto social serão tema de audiência pública

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) vai discutir com o poder público, sociedade organizada e representantes de instituições sobre as perspectivas e desafios dos negócios de impacto social. A audiência, solicitada por Rodrigo Cunha (PSDB-AL), será hoje, às 10h.

Para o senador, os negócios de impacto social têm a missão explícita de gerar benefícios sociais ou ambientais, assumindo um importante papel para a realização de uma transformação social, além de produzir bons resultados financeiros.

Foram convidados para a reunião o membro do

Conselho de Governança do Grupo de Institutos Fundações e Empesas (Gife) Fábio Deboni, o vice-diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, Antônio José Maristrello Porto, e a chefe do Departamento de Gestão Pública de Municípios e Inclusão Produtiva do BNDES, Daniela Arantes Alves Lima.

Também devem participar do encontro representantes do Ministério da Economia, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social, da Vox Capital, da Artemisia, da Yunus Negócios Sociais Brasil e do Instituto de Cidadania Empresarial.